

FERROVIA NORTE SUL S.A.
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-37
NIRE 21.300.009.540

(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA **DE 30 DE ABRIL DE 2019**

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("Companhia") encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2019, às 12:00 (doze horas) ("Assembleia"), na sede social da Companhia, em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data (Anexo I à presente Proposta), as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia ("Proposta"). O objetivo é esclarecer com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia com relação a tais deliberações.

REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia Geral munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ou ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitados o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (31) 3279-5290 ou via e-mail: relacionamentocomacionistas@vli-logistica.com.br.

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse para a participação da Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br).

São Luís, 29 de março de 2019.

A Administração

FERROVIA NORTE SUL S.A.
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-37
NIRE 21.300.009.540

(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE **30 DE ABRIL DE 2019**

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme item 10 do Formulário de Referência)

10.1 Comentários dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2018 foi um ano de expansão para a Ferrovia Norte Sul S.A. Impulsionado pelo resultado do segmento de Agricultura, o volume transportado foi 8,2% maior que o ano anterior totalizando 8.003 milhões de TKU no período, mesmo com impacto de externalidades como a greve dos rodoviários. Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 433 milhões, 12,7% maior que o ano anterior.

Em 2018, a FNS, apresentou um crescimento de volume transportado, suportados principalmente pela curva de exportação de soja, além da melhor eficiência proporcionada pela integração entre os terminais e porto.

Com o objetivo de aumentar sua capacidade operacional, foram investidos na FNS quase R\$ 181 milhões para renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e ampliação da capacidade produtiva. Assim como nos últimos anos, em 2018 destacam-se os projetos expansão de pátios de cruzamento, novos postos de abastecimento e oficina de vagões e locomotivas.

Para 2019, novos projetos estão planejados voltados para continuidade do atendimento ao crescimento, manutenção de nossas operações e geração de valor para as comunidades e acionistas.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2,427 bilhões, enquanto sua posição de caixa era de R\$ 59,8 milhões. Comparativamente, em 2017 e 2016, o patrimônio líquido e a posição de caixa eram, respectivamente, R\$ 2,253 bilhões e R\$ 2,100 bilhões e R\$ 90,6 milhões e R\$ 8,9 milhões

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas;

A Companhia utiliza recursos próprios gerados pela operação do negócio para atender as necessidades de capital de giro e realizar investimentos em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de contratação de financiamento de terceiros (instituições financeiras) para garantir a realização das operações ferroviárias planejadas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos a Companhia poderá solicitar o aporte de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a companhia não possuía empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possuía qualquer financiamento contratado junto a instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais					
	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	59.804	2,17	90.650	3,42	(34,03)
Contas a receber	60.521	2,20	49.669	1,88	21,85
Outros ativos financeiros	-	n/a	444	0,02	n/a
Estoques	18.545	0,67	10.179	0,38	82,19
Tributos a recuperar	35.941	1,31	13.468	0,51	166,86
Tributos antecipados sobre o lucro	-	n/a	7.897	0,30	n/a
Despesas pagas antecipadamente	50	0,00	373	0,01	(86,60)
Demais ativos	5.378	0,20	4.733	0,18	13,63
Total do ativo circulante	180.239	6,55	177.413	6,70	1,59
Não circulante					
Contas a receber	300.875	10,93	286.063	10,81	5,18
Depósitos judiciais	197	0,01	70	0,00	181,43
Tributos a recuperar	39.150	1,42	15.181	0,57	157,89
Demais ativos	9	0,00	2.877	0,11	(99,69)
Tributos diferidos sobre lucro	2.138	0,08	2.553	0,10	(16,26)
Imobilizado	428.761	15,58	213.702	8,07	100,63
Intangível	1.800.926	65,43	1.949.591	73,64	(7,63)
Total do ativo não circulante	2.572.056	93,45	2.470.037	93,30	4,13
Total do ativo	2.752.295	100,00	2.647.450	100,00	3,96
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	55.422	2,01	70.196	2,65	(21,05)
Contas a pagar	14.048	0,51	83.942	3,17	(83,26)
Tributos a recolher	3.411	0,12	4.139	0,16	(17,59)
Tributos a recolher sobre o lucro	2.466	0,09	-	n/a	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	11.659	0,42	14.468	0,55	(19,42)
Dividendos a pagar	50.838	1,85	46.096	1,74	10,29
Antecipações de clientes	40	0,00	43	0,00	(6,98)
Demais passivos	58	0,00	216	0,01	(73,15)
Total do passivo circulante	137.942	5,01	219.100	8,28	(37,04)
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	73	0,00	53	0,00	37,74
Benefícios a empregados	1.250	0,05	3.895	0,15	(67,91)
Receitas diferidas	175	0,01	-	n/a	n/a
Subconcessão a pagar	185.548	6,74	171.690	6,49	8,07
Total do passivo não circulante	187.046	6,80	175.638	6,63	6,50
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	67,55	1.859.134	70,22	0,00
Prejuízos acumulados	568.173	20,64	393.578	14,87	44,36
Total do patrimônio líquido	2.427.307	88,19	2.252.712	85,09	7,75
Total do passivo e patrimônio líquido	2.752.295	100,00	2.647.450	100,00	3,96

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 90,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 65,4%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 361,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 335,7 milhões em 2018, representando uma redução de aproximadamente de 7,7%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 75,1 milhões em 2018, representando um aumento de 62,6%. O incremento reside especialmente no aumento de R\$ 33 milhões nos créditos de PIS e COFINS.

Imobilizado

O valor do imobilizado passou de R\$ 213,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 428,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 100,7%. Esse incremento reside na transferência de saldos do ativo intangível no montante de R\$ 67,9 milhões, construção de oficinas, postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios no corredor Centro-Norte e no montante de R\$ 164,8 milhões e depreciações apuradas em 2018 no montante de (R\$ 17,2 milhões).

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.702	68.604	123.301	24.868	11.563	271	272.309
Adições	-	-	-	-	164.760	-	164.760
Baixas	-	-	-	-	(294)	-	(294)
Transferências	7.350	31.632	15.702	5.213	6.594	1.374	67.865
	51.052	100.236	139.003	30.081	182.623	1.645	504.640
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(3.786)	(19.645)	(28.791)	(6.378)	-	(7)	(58.607)
Adições	(2.010)	(6.177)	(6.347)	(2.691)	-	(47)	(17.272)
	(5.796)	(25.822)	(35.138)	(9.069)	-	(54)	(75.879)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	39.916	48.959	94.510	18.490	11.563	264	213.702
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	45.256	74.414	103.865	21.012	182.623	1.591	428.761

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,949 bilhão em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1,801 bilhão em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de aproximadamente 7,6%. Esta redução reside substancialmente na transferência ativos para o imobilizado, conforme citado no item anterior e no montante de R\$ 67,9 milhões, adições de ativos no montante de R\$ 16,7 milhões e amortização apurada no exercício de 2018 no montante de (R\$ 96,4 milhões).

	Direitos de subconcessão	Softwares	Benfeitorias em bens	Intangível em	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.776.431	152	422.352	303.251	2.502.186
Adição	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	235.355	-	(67.865)
	1.776.431		656.456	16.644	

Valor de amortização

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(499.227)	(56)	(53.312)	-	(552.595)
Adições				-	
Baixas	-	-	177	-	177
	(563.355)	(100)	(85.403)	-	(648.858)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	1.277.204	96	369.040	303.251	1.949.591
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de	1.213.076	153	571.053	16.644	1.800.926

PASSIVO*Fornecedores*

A conta de fornecedores passou de R\$ 70,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Tributos a recolher

A conta de obrigações fiscais passou de R\$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de aproximadamente 17,1%.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 185.548 (2017 - R\$ 171.690). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou o ano de 2018 com o capital social de R\$ 2,427 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2017, R\$ 2,253 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados

a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2018 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 58,3 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 49,9 milhões em comparação aos R\$ 36,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>AV%</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>
Receita líquida de serviços prestados	752.980	100,00	681.165	100,00	10,54
Custo dos serviços prestados	<u>(430.845)</u>	(57,22)	<u>(396.876)</u>	(58,26)	8,56
Lucro (prejuízo) bruto	<u>322.135</u>	42,78	<u>284.289</u>	41,74	13,31
Receitas (despesas) operacionais	<u>(3.007)</u>	(0,40)	<u>1.720</u>	0,25	(274,83)
Gerais e administrativas	(26.024)	(3,46)	(20.886)	(3,07)	24,60
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22.225	2,95	23.372	3,43	(4,91)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	<u>792</u>	0,11	<u>(766)</u>	(0,11)	(203,39)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>319.128</u>	42,38	<u>286.009</u>	41,99	11,58
Resultado financeiro	<u>4.930</u>	0,65	<u>8.501</u>	1,25	(42,01)
Receitas financeiras	8.111	1,08	12.197	1,79	(33,50)
Despesas financeiras	(4.726)	(0,63)	(3.169)	(0,47)	49,13
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	1.545	0,21	(527)	(0,08)	(393,17)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>324.058</u>	43,04	<u>294.510</u>	43,24	10,03
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(48.625)</u>	(6,46)	<u>(45.791)</u>	(6,72)	6,19
Tributos correntes	(106.519)	(14,15)	(99.894)	(14,67)	6,63
Tributos diferidos	(415)	(0,06)	2.205	0,32	(118,82)
Incentivos fiscais	58.309	7,74	51.898	7,62	12,35
Lucro líquido do exercício	<u>275.433</u>	36,58	<u>248.719</u>	36,51	10,74
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,15		0,14		

Receita Bruta

A receita bruta alcançou R\$ 784,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 714,5 milhões em 31 de dezembro 2017, representando um aumento de 9,8%. Esse aumento está principalmente justificado pelo crescimento do segmento de agricultura.

Impostos sobre serviços

Os impostos sobre serviços atingiram R\$ 31,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R\$ 33,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de aproximadamente de 5,4%.

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 752,9 milhões ante R\$ 681,2 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 430,8 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 396,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 8,5%. Destaca-se incremento dos combustíveis, serviços contratados de manutenção, depreciação e amortização e aluguéis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 26,0 milhões e de R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 24,4%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2018 atingiram R\$ 22,3 milhões ante a R\$ 23,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 4,29%. Esta redução é justificada pela redução de multas contratuais apuradas em comparação a 2017 no montante de R\$ 6,4 milhões e pela redução de receitas com recuperação de despesas ante a 2017 no montante de R\$ 12 milhões.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4,9 milhões ante a R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta redução é justificada principalmente pela redução das receitas financeiras com aplicações financeiras no mercado aberto, especialmente por conta da redução taxa básica de juros do Brasil, bem como pela redução dos saldos médios de aplicação efetuadas ao longo do exercício de 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 106,5 milhões ante a R\$ 99,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 6,6%. Os acréscimos de tributos em 2018 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2018.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 275,4 milhões, comparado ao lucro de R\$ 248,7 milhões em 2017.

C) Análise do Fluxo de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	275.433	248.719
Ajustes de		
Depreciação e amortização	113.712	97.679
Provisões para perdas e processos judiciais	(722)	819
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	(1.545)	527
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado	3	1.071
Ajuste a valor presente	1.448	1.737
Despesas com benefícios a empregados	(2.645)	1.889
Receitas diferidas	(16)	-
Tributos diferidos sobre o lucro	415	(2.205)
	<u>386.083</u>	<u>350.236</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(11.341)	5.127
Outros ativos financeiros	444	-
Estoques	(8.365)	(6.807)
Tributos a recuperar	(44.697)	24.276
Tributos antecipados sobre o lucro	53.689	-
Despesas pagas antecipadamente	323	(196)
Depósitos judiciais	(112)	(47)
Incentivos fiscais - reinvestimentos	-	3.968
Demais ativos	2.179	5.195
Fornecedores	(14.612)	(10.718)
Contas a pagar	(71.342)	66.041
Tributos a recolher	(784)	(2.818)
Tributos a recolher sobre o lucro	2.467	(544)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.809)	7.357
Receitas diferidas	175	-
Antecipação de clientes	(3)	12
Demais passivos	(145)	19
	<u>291.150</u>	<u>441.101</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.792)	(20.097)
	<u>245.358</u>	<u>421.004</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	1.366	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(181.474)	(202.271)
	<u>(180.108)</u>	<u>(202.271)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(96.096)	(167.018)
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	30.000
	<u>(96.096)</u>	<u>(137.018)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(30.846)</u>	<u>81.715</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.650	8.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59.804	90.650

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou redução de caixa de R\$ 30,8 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>AV(%)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>AV(%)</u>	<u>AH(%)</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	90.650	3,42	8.935	0,36	914,6
Contas a receber	49.669	1,88	55.183	2,20	(10,0)
Outros ativos financeiros	444	0,02	-	-	-
Estoques	10.179	0,38	3.372	0,10	201,9
Tributos a recuperar	13.468	0,51	10.847	0,44	24,2
Tributos antecipados sobre lucro	7.897	0,30	14.356	0,58	(45,0)
Demais ativos	5.106	0,19	2.921	0,12	74,8
	177.413	6,70	95.614	3,87	85,6
Não circulante					
Contas a receber	286.063	10,81	286.903	11,61	(0,3)
Depósitos judiciais	70	-	18	-	288,9
Tributos a recuperar	15.181	0,57	15.522	0,63	(2,2)
Tributos diferidos sobre lucro	2.553	0,10	348	0,01	633,6
Incentivos fiscais - reinvestimento	-	-	3.968	0,16	(100,0)
Demais ativos	2.877	0,11	10.061	0,41	(71,4)
Imobilizado	213.702	8,07	224.389	9,08	(4,8)
Intangível	1.949.591	73,64	1.834.311	74,23	6,3
	2.470.037	93,30	2.375.520	96,13	4,0
Total do ativo	2.647.450	100,00	2.471.134	100,00	7,1
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	AV(%)	31/12/2016	AV(%)	AH(%)
Circulante					
Fornecedores	70.196	2,65	77.123	3,12	(9,0)
Contas a pagar	83.942	3,17	17.901	0,72	368,9
Tributos a recolher	4.139	0,16	6.953	0,28	(40,5)
Tributos a recolher sobre lucro	-	-	544	0,02	(100,0)
Obrigações sociais e trabalhistas	14.468	0,55	7.111	0,29	103,5
Dividendos propostos	46.096	1,74	87.018	3,52	(47,0)
Antecipações de clientes	43	-	31	-	38,7
Demais passivos	216	0,01	197	0,01	9,6
	219.100	8,28	196.878	7,97	11,3
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	53	-	-	-	-
Benefícios a empregados	3.895	0,15	2.006	0,08	94,2
Subconcessões a pagar	171.690	6,49	172.161	6,97	(0,3)
	175.638	6,63	174.167	7,05	0,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	70,22	1.826.893	73,93	1,8
Reservas de lucros	393.578	14,87	273.196	11,06	44,1
	2.252.712	85,09	2.100.089	84,98	7,3
Total do passivo e patrimônio líquido	2.647.450	100,00	2.471.134	100,00	7,1

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 90,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 914,5%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 342,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 335,7 milhões em 2017, representando uma redução de aproximadamente de 1,9%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 26,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 28,6 milhões em 2017, representando um aumento de 8,6%. A Companhia obteve incentivo fiscal em 2017.

Imobilizado

O valor do imobilizado passou de R\$ 224,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 213,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 4,8%. Essa redução foi decorrente principalmente de baixa ativos.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1.834,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.949,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 6,3%. O intangível líquido da Companhia é representado principalmente por direitos de subconcessão, representando aproximadamente 65,5% do total do intangível em 31 de dezembro de 2017.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores passou de R\$ 77,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 70,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Partes Relacionadas

O saldo com partes relacionadas passou de R\$ 4,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. As transações comerciais entre a Companhia e a Vale S.A. estão acobertadas pelo Contrato Operacional Especifico - COE, que busca ajudar e melhorar as operações de compartilhamento da infraestrutura ferroviária.

Tributos a recolher e Tributos a recolher sobre o lucro

A conta de obrigações fiscais passou de R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de aproximadamente 40%. Essa redução está representada principalmente pelo incentivo que reduz o Imposto de Renda (incentivo fiscal).

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 171.690 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 172.161). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade

e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio líquido

A companhia encerrou o ano de 2017 com o capital social de R\$ 1.859,1 milhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2016, R\$1.826,9 milhões, dividido em 1.812.155.522 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018. Em 2017 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 51,9 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 12,4 milhões, e, em dezembro de 2016, R\$ 8,1 milhões, e, em dezembro de 2015, 6,1 milhões.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais					
	31/12/2017	AV(%)	31/12/2016	AV(%)	AH(%)
Receita líquida de serviços prestados	681.165	100,00	448.732	100,00	51,8
Custo dos serviços prestados	(396.876)	(58,26)	(292.612)	(65,21)	35,6
Lucro bruto	284.289	41,74	156.120	34,79	82,1
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(20.886)	(3,07)	(13.955)	(3,11)	49,7
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23.372	3,43	43.034	(9,59)	(47,5)
(Perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	(766)	(0,11)	-	n/a	n/a
	1.720	0,25	29.079	6,48	(94,1)
Resultado operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	286.009	41,99	185.199	41,27	54,4
Resultado financeiro	8.501	1,25	4.098	0,91	107,4
Despesas financeiras	(3.169)	(0,47)	(2.277)	(0,51)	39,2
Receitas financeiras	12.197	1,79	4.940	1,10	146,9
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	(527)	(0,08)	1.435	0,32	(136,7)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	294.510	43,24	189.297	42,18	55,6
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.791)	(6,72)	(27.322)	(6,09)	67,6
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(99.894)	(14,67)	(60.603)	(13,51)	64,8
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	2.205	0,32	(1.158)	(0,26)	(290,4)
Incentivos fiscais	51.898	7,62	34.439	7,67	50,7
Lucro líquido (Prejuízo) do período	248.719	36,51	161.975	36,10	53,6

Receita Bruta

A receita bruta alcançou R\$ 714,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 ante R\$ 491,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 45,5%. Esse aumento está principalmente justificado pelo crescimento do segmento de agricultura.

Impostos sobre serviços

Os impostos sobre serviços atingiram R\$ 33,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 ante R\$ 42,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de aproximadamente de 21,4%.

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 681,2 milhões ante R\$ 448,7 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 396,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 292,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 35,6%. O aumento é justificado pelo gasto com pessoal, combustíveis, serviços contratados de manutenção e depreciação.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 20,9 milhões e de R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 49,7%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2017 atingiram R\$ 23,4 milhões de receita e de R\$ 43 milhões de receita em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 45,6%. Esta redução é justificada principalmente por multas contratuais, dentre elas a da VALEC e indenizações.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 8,5 milhões e de R\$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento é justificado principalmente pelo aumento das receitas financeiras com aplicações no mercado financeiro.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 99,9 milhões e de R\$ 60,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 64,8%. Os acréscimos de tributos em 2017 comparado com ano anterior, foi em decorrência dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2017.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 248,7 milhões, comparado ao lucro de R\$ 161,9 milhões em 2016.

C) Análise do Fluxo de Caixa

Em milhares de Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	248.719	161.975
Ajustes:		
Depreciação e amortização	97.679	91.238
Provisões para perdas e processos judiciais	819	(2.429)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	527	(1.436)
Ganho na alienação de ativo imobilizado	1.071	(7.763)
Ajuste a valor presente	1.737	-
Despesas com benefícios a empregados	1.889	1.266
Incentivos fiscais	-	(34.439)
Tributos diferidos sobre o lucro	(2.205)	1.158
	350.236	209.570
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	5.127	(60.152)
Estoques	(6.807)	(2.314)
Tributos a recuperar	24.276	24.730
Despesas pagas antecipadamente	(196)	-
Depósitos judiciais	(47)	(16)
Incentivos fiscais - reinvestimentos	3.968	-
Demais ativos	5.195	(3.335)
Fornecedores	(10.718)	4.346
Contas a pagar	66.041	10.022
Tributos a recolher	(2.818)	28.604
Tributos a recolher sobre o lucro	(544)	(2.352)
Obrigações sociais e trabalhistas	7.357	3.894
Benefícios a empregado	-	114
Antecipação de clientes	12	-
Demais passivos	19	(1.731)
	441.101	211.380
Caixa líquido gerado pelas operações	441.101	211.380
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(20.097)	(40.907)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	421.004	170.473
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	8.500
Compra de ativo imobilizado e intangível	(202.271)	(125.396)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(202.271)	(116.896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(167.018)	(74.788)
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(137.018)	(74.788)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	81.715	(21.211)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.935	30.146
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	90.650	8.935

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou caixa positivo de R\$ 81,7 milhões.

10.2 Comentários adicionais dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita*
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A receita bruta passou de R\$ 714,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 784,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de aproximadamente 9,8%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita bruta foi de R\$ 491,2 milhões.

Desempenho Operacional

Em 2018, o volume transportado foi de 8,0 bilhões de TKU, 8% a mais que o realizado em 2017.

A FNS atravessa as regiões Norte e Nordeste do Brasil, e estas regiões têm crescido acima da média nacional nos últimos anos, impulsionados pela Agroindústria, associado a isso, o maior volume de exportação de safra soja registrada no ano.

Os produtos transportados pela companhia são agrupados em dois segmentos chaves: Agricultura e Industrializados.

Agricultura

Em 2018 a FNS foi beneficiada pelo crescimento do agronegócio. Com isso, o volume transportado aumentou 13% quando comparado à 2017, alcançando 6,4 bilhões de TKU. A receita total desse segmento foi R\$ 531 milhões. Os principais produtos transportados nesse segmento são soja e milho.

Industrializados

O transporte de produtos industrializados na FNS alcançou 1,7 bilhão de TKU. Destacando o melhor volume em biodiesel. O segmento encerrou o ano de 2018 com uma receita de R\$ 199 milhões de reais, 2,2% melhor quando comparado com o ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

10.3 Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Desde sua constituição, a Companhia se dedica ao segmento operacional de transporte ferroviário de carga, compreendendo a operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de Contrato de Subconcessão como arrendamento.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não realizamos qualquer aquisição ou alienação de participação societária nos últimos três exercícios sociais.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos últimos três exercícios sociais.

10.4 Mudanças nas práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” (vide “i”) e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide “ii”) a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

i. CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de contrato com cliente”

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas”, o CPC 17 / IAS 11 - “Contratos de Construção” e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

ii. CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	<u>Classificação original – CPC 38 / IFRS 9</u>	<u>Nova classificação – CPC 48 / IFRS 9</u>	<u>Saldo em 31/12/2017 (inalterado)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	90.650
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	335.732
Demais ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	<u>7.610</u>
			<u>433.992</u>
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	70.196
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	83.942
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	46.096
Subconcessão a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	<u>171.690</u>
			<u>371.924</u>

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito

esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeito das alterações em práticas contábeis, uma vez que a Companhia já adotava estas práticas, em consonância com a Controladora.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nem ênfases nos pareceres referentes às demonstrações contábeis de 2018, 2017 e 2016.

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, IAS17/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- (iii) Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10.8 Plano de Negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos

Em 2018, a FNS investiu o valor total de R\$ 177,6 milhões, 6% inferior ao ano de 2017. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e terminais), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

Em 2019, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$ 64 milhões (capital), R\$ 66,5 milhões (corrente) os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente e terminais bem como na construção e ampliação e modernização de oficinas, além de projetos de meio ambiente.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta da Administração, pesquisas em desenvolvimento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018 foram investidos R\$ 411 mil de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ante a R\$ 159 mil em 2017.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Para 2018 foram investidos R\$ 411 milhões de investimentos em Pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018 foram investidos R\$ 411 mil de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ante a R\$ 159 mil em 2017.

10.9 Outros fatores com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2018, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019

ANEXO II - PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Senhores Acionistas,

A diretoria da Ferrovia Norte Sul S/A, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404 (com nova redação dada pelas leis 10.303 e 11.638), vem apresentar a Assembleia Geral de Acionistas proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O lucro líquido do exercício, evidenciado na Demonstração de Resultado, foi de R\$ 275.433.410,40 (duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos), consoante os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); para o qual se propõe a seguinte destinação:

I – RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS

Com base nas premissas orçamentárias a companhia está constituindo reserva de lucros no exercício de 2018, nos montantes de:

- reservas de incentivos fiscais, R\$58.308.911,72 (cinquenta e oito milhões, trezentos e oito mil, novecentos e onze reais e setenta e dois centavos),
- reserva legal, R\$13.771.670,52 (Treze milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos),
- dividendos mínimos R\$50.838.207,04 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sete reais e quatro centavos) e, por fim,
- reserva de expansão de R\$152.514.621,12 (cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e quatorze mil, seiscentos e vinte e um reais e doze centavos).

II – DIVIDENDOS

Conforme Art. 31 do Estatuto Social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos, desta forma serão distribuídos R\$50.838.207,04 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sete reais e quatro centavos).

III – RESUMO

A presente proposta contempla: constituição de Reserva Legal, Reserva de incentivos fiscais, dividendos mínimos obrigatórios e adicionais além da constituição de lucros com base no lucro líquido do exercício de 2018.

Lucro Líquido do exercício	Em Reais
Lucro do exercício	275.433.410,40
(-)Reserva Legal	13.771.670,52
(-)Reserva de Incentivos Fiscais	58.308.911,72
(-)Dividendos mínimos obrigatórios	50.838.207,04
(-)Reserva de expansão	152.514.621,12
(=)Saldo remanescente Lucro líquido do exercício	0,00

Nos termos do Art. 9º, § 1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, destacamos o seguinte:

DESCRIÇÃO	DADOS
1. Lucro referente ao exercício social de 2018	R\$ 275.433.410,40 (duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos).
2. Montante dos dividendos, incluindo dividendos adicionais propostos, antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados	R\$50.838.207,04 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sete reais e quatro centavos)
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	18,46%
4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5. Remuneração do exercício deduzidos os juros sobre o capital próprio declarados	Não aplicável
6. Montante dos Dividendos e dos Juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos	Não aplicável
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores	<p>Lucro líquido básico e diluído por ações R\$ 0,15 em 2018.</p> <p>a) Lucro líquido 2018 R\$ 275.433.410,40 (duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e dez reais e quarenta centavos) 2017 R\$ 248.718.712,26 (duzentos e quarenta e oito milhões, setecentos e dezoito mil, setecentos e doze reais e vinte e seis centavos) 2016 R\$ 161.974.675,84 (cento e sessenta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)</p> <p>b) Dividendos distribuídos 2018 R\$50.838.207,04 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sete reais e quatro centavos) 2017 R\$ R\$ 96.096.252,36 (noventa e seis milhões, noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) 2016 R\$ 29.859.228,61 (vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos).</p>
8. Destinação de lucros à reserva legal a. Identificar o montante destinado à reserva legal b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	<p>a) R\$13.771,670,52 (Treze milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos)</p> <p>b) 5% sobre o Lucro líquido referente ao exercício social de 2018</p>
9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos	Não aplicável
10. Dividendo obrigatório	R\$50.838.207,04 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e sete reais e quatro centavos)
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da empresa (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro	Não aplicável

e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos	
12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável
13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável
15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital	Não aplicável
16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais. a. Informar o montante destinado à reserva; e b. Explicar a natureza da destinação	<p>a) R\$58.308.911,72 (cinquenta e oito milhões, trezentos e oito mil, novecentos e onze reais e setenta e dois centavos),</p> <p>b) Redução de imposto de renda Pessoa Jurídica benefício sob a forma de redução tributária em decorrência dos investimentos em infraestrutura realizados nos Estados do Maranhão - MA e Tocantins – TO – área de atuação da SUDAM e SUDENE.</p>

FERROVIA NORTE S.A.
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-7
NIRE 21.300.009.540
(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019

ANEXO III – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Campo facultativo para emissor da categoria “B”.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	6.000,00	6.000,00	0	12.000,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-Emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da Remuneração	6.000,00	6.000,00	0	12.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5	0	10
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	6.000,00	6.000,00	0	12.000,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
Remuneração Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-Emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da Remuneração	6.000,00	6.000,00	0	12.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	4	4		8
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	4.800,00	4.800,00		9.600,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0		0
Participação em comitês	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0		
Remuneração Variável				
Bônus	0	0		0
Participação nos Resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0		
Pós-Emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações	0	0		0
Observação				
Total da Remuneração	4.800,00	4.800,00		9.600,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	4	4		8
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou Pró-labore	0	4.800,00		4.800,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0		0
Participação em comitês	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações Fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0	0		0
Participação nos Resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações	0	0		0
Observação				
Total da Remuneração	0	4.800,00		4.800,00

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.7. opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.11. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: número de membros, número de membros remunerados, maior e menor remuneração individual e valor médio.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2018
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2016
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Contudo, os 4 membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são também empregados de sua controladora direta VLI Multimodal ou de sua controladora indireta, a VLI S.A. Considerando que a VLI Multimodal é controlada pela VLI S.A. que detém 99,9% de sua participação, estes administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela consolidada das duas empresas, abaixo:

Exercício Social 2018

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	6.291.825	3.784.044	0	10.075.869
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2017

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	5.911.821	6.041.998	0	11.953.819
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2016

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	2.602.017	2.350.382	0	4.952.399
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração 2018 é inferior ao ano anterior, principalmente, em função da não realização de resgates do incentivo de longo prazo. Além disso, ocorreram alterações de membros do Conselho de Administração e Diretoria.

FERROVIA NORTE SUL S.A.
CNPJ/MF nº 09.257.877/0001-37
NIRE 21.300.009.540
(Companhia Aberta)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019

Ficam os Senhores acionistas da Ferrovia Norte Sul S.A., com sede, em São Luís/MA, na Avenida dos Portugueses, s/n, Predio Diln, 1º andar, Sala 01, Retorno do Itaqui, bairro Itaqui-Pedrinhas, CEP 65.085-582, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.257.877/0001-37 (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), que se realizará no próximo dia 30 (trinta) de abril de 2019, às 12:00 h (doze horas), na sede social da Companhia, a fim de deliberarem sobre:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) Proposta para a destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) A fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2019.

Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia.

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

São Luis, 01 de abril de 2019.

Marcello Magistrini Spinelli
Presidente do Conselho de Administração